



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sorbone, 375, Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1001973-36.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - DIREITO CIVIL**  
 Requerente: **OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**  
 Requerido: **JOSE APARECIDO AUGUSTO VIGILATO**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO** move ação contra **JOSE APARECIDO AUGUSTO VIGILATO**, dizendo que celebraram cédula de crédito bancário com alienação fiduciária sob nº 1.00358.0000166.12, tendo ficado em garantia fiduciária a favor da autora o veículo VW/GOL 16V 1.0MI (GERAÇÃO III), espécie automóvel, placa DAQ-4633, chassi 9BWZZZ373YP069648, fabricado em 2000, modelo 2000, cor prata, financiamento que deveria ser liquidado em 48 parcelas, com vencimento mensal e sucessivo a partir de 10.05.2012. O réu deixou de cumprir a obrigação assumida naquela avença, incorrendo em mora, dando margem à rescisão do contrato, pois não efetivou o pagamento de parcelas vencidas, conforme provado pelo instrumento de protesto, estando a dever até a propositura da ação R\$ 10.963,85. Pede a busca e apreensão do veículo, consolidando-o na posse e domínio da autora, condenando-se o réu no pagamento de honorários advocatícios e custas processuais. Documentos diversos foram juntados. A liminar foi concedida e executada à fl. 59.

O réu foi citado e contestou alegando a necessidade da suspensão do processo por conta da decisão do STJ no REsp 1.418.593/MS, tendo alegado ainda que a autora incluiu cobranças abusivas, extrapolando o limite do ajuste do contrato, tornando-o impagável, daí a nulidade dessas cláusulas nos moldes do inciso IV, do art. 51, do CDC. Os juros foram capitalizados. Formula pedido contraposto para compelir a autora à exibição dos documentos listados às fls. 73/74, para demonstrar a abusividade das cobranças. Pede a improcedência da ação e a procedência do pedido contraposto para confirmar a liminar de exibição incidental de documentos.

Houve réplica.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sorbone, 375, Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

**É o relatório. Fundamento e decido.**

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I, do art. 330, do CPC. A prova é meramente documental e se encontra nos autos. Dilação probatória apenas protrairia o julgamento da lide e nada acrescentaria de útil ao acervo probatório.

O pedido da autora está amparado na cédula de crédito bancário de fls. 9/13, que prevê a capitalização mensal dos juros remuneratórios, critério esse que tem suporte na Lei 10.931/04, matéria pacificada pelo STJ e também no TJSP.

O réu ajuizou ação contra a autora, feito nº 4001617-24.2013.8.26.0566, em curso nesta 2ª vara cível, onde questionou a cédula de crédito bancário suprarreferida, dizendo que esta incluiu verbas abusivas de tarifas de avaliação, cadastro, registro de contrato e IOF, além da capitalização de juros remuneratórios. Referida demanda foi julgada procedente em parte e reconheceu a abusividade parcial das verbas inseridas na cédula de crédito bancário, cujo expurgo já se efetuou através da condenação da ora autora a restituir os valores ali especificados, sentença essa que transitou em julgado em 22.05.2014. A autora efetuou o pagamento da condenação que lhe fora imposta, razão para a extinção daquele processo, na fase de execução, nos termos do inciso I, do art. 794, do CPC. O critério adotado pela autora da capitalização mensal dos juros remuneratórios foi julgado legítimo, tanto que aquele pleito, nesse particular, foi julgado improcedente.

Não é caso de suspensão deste processo na medida em que o REsp nº 1.418.593/MS, representativo da controvérsia na sistemática de Recursos Repetitivos – art. 543-C, do CPC e Res. 8/2008, do STJ, foi julgado em 14.05.2014, cuja tese foi assim definida: "*Nos contratos firmados na vigência da Lei nº 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de cinco dias após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária*".

As questões essenciais suscitadas na contestação do réu foram enfrentadas no processo acima mencionado, cuja sentença transitou em julgado, não podendo, pois, serem reexaminadas (art. 471, *caput*, do CPC).

O réu não negou o débito. Foi constituído em mora através do protesto cujo instrumento consta de fl. 13. Não purgou a mora. Nem mesmo procurou purgá-la depois de citado



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sorbone, 375, Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

para os termos desta lide. A liminar de busca e apreensão foi efetivada à fl. 59. A autora tem, assim, legítimo direito de assumir a plenitude da posse e domínio do veículo. O pedido contraposto é manifestamente inócuo, na medida em que as questões tangenciadas pelo réu já foram superadas pela coisa julgada material acima indicada.

**JULGO: a) PROCEDENTE** a ação para rescindir a **cédula de crédito bancário** com alienação fiduciária, em face do inadimplemento contratual por parte do réu, consolidando na posse e domínio pleno da autora o veículo apreendido à fl. 59, ficando levantado o depósito judicial, autorizando a autora à venda extrajudicial do bem. A própria autora providenciará a baixa do gravame que pesa sobre o veículo (§ 1º, do art. 3º, do Decreto Lei 911/69, redação dada pelo art. 56, da Lei 10.931/04). Condeno o réu a pagar à autora, 10% de honorários advocatícios sobre o valor dado à causa, com reajuste monetário a partir do seu ajuizamento, além das custas processuais e as de reembolso; **b) IMPROCEDENTE** o pedido contraposto. Os honorários advocatícios fixados na letra anterior compreendem também a sucumbência experimentada pelo réu no pedido contraposto.

P. R. I.

São Carlos, 12 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**